

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

**CHARLINE AVILA DE ARRUDA**

**CORPO NEGRO E DEFICIÊNCIA:  
interseccionalidades no acesso a práticas corporais**

Porto Alegre  
2023

**CHARLINE AVILA DE ARRUDA**

**CORPO NEGRO E DEFICIÊNCIA:  
interseccionalidades no acesso a práticas corporais**

Trabalho de conclusão de curso da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Elisangela Venancio Ananias

Porto Alegre  
2023

*Antes de ser uma  
pessoa com deficiência, sou  
uma pessoa negra? Antes de  
ser uma pessoa negra, sou  
uma pessoa com deficiência?*  
(ALMEIDA & ARAÚJO, 2020,  
p. 635)

## RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso teve como objetivo: Levantar, identificar, analisar e compreender se há pessoas negras com deficiência nos espaços de práticas corporais, como ocorre o acesso e inclusão desta população, considerando instituições de ensino, projetos sociais e educacionais que oferecem práticas corporais. Como questão de estudo levantou-se: ***Onde estão inseridas as pessoas negras com deficiência no campo das práticas corporais?*** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória que, por meio de revisão de literatura, apresenta o que os estudos retratam sobre a presença e acesso de pessoas negras com deficiência aos espaços de práticas corporais. Elegeu-se como descritores de busca: práticas corporais, pessoas com deficiência e pessoas negras. A abordagem descritiva exploratória, analisou, nos artigos recuperados pela pesquisa, os objetivos, métodos, resultados e conclusões de estudos sobre as práticas corporais para pessoas negras com deficiência. A partir da análise dos quatro textos encontrados e selecionados, é possível inferir que há um movimento para ampliar o acesso e inclusão de pessoas com deficiência em projetos de práticas corporais e no ambiente escolar, entretanto ainda há um grande déficit na discussão interseccional - raça, cor e deficiência, o que dificulta no processo de identificar quais seriam de fato os elementos que restringem o acesso das pessoas negras com deficiência aos espaços e práticas. Aponta-se para a necessidade de estudos de abordagem qualitativa com a complementaridade de estudos quantitativos, alicerçados pelos marcadores raça/cor, evitando-se assim a invisibilização de pessoas negras com deficiência e também diminuindo as desigualdades persistentes neste campo.

**Palavras chaves:** Pessoas com deficiência; pessoas negras; práticas corporais.

## Abstract

This review study aimed to: Raise, identify, analyze and understand if there are black people with disabilities in the spaces of corporal practices, how does the access and inclusion of this population occur, considering educational institutions, social and educational projects that offer practices. As a study question arose: Where are black people with disabilities inserted in the field of corporal practices? This is a qualitative, descriptive and exploratory research that, through a literature review, presents what the studies portray about the presence and access of black people with disabilities to spaces of corporal practices. It was chosen as search descriptors: body practices, people with disabilities and black people. The exploratory descriptive approach analyzed, in the articles retrieved by the research, the objectives, methods, results and conclusions of studies on body practices for black people with disabilities. From the analysis of the four texts found and selected, it is possible to infer that there is a movement to expand the access and inclusion of people with disabilities in projects of corporal practices and in the school environment, however there is still a great deficit in the intersectional discussion - race, color and disability, which makes it difficult in the process of identifying what would actually be the elements that restrict the access of black people with disabilities to spaces and practices. It points to the need for studies with a qualitative approach with the complementarity of quantitative studies, based on race/color markers, thus avoiding the invisibilization of black people with disabilities and also reducing persistent inequalities in this field.

**Keywords:** Disabled people; black people; body practices

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. Objetivo Geral</b>	<b>8</b>
2.1. Objetivos específicos	9
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>9</b>
<b>4. PESSOAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA: ACESSO E INCLUSÃO AOS ESPAÇOS DE PRÁTICAS CORPORAIS</b>	<b>9</b>
<b>5. ONDE ESTÃO AS PCDS NEGRAS?</b>	<b>12</b>
<b>6. A INVISIBILIDADE DAS PCDS NEGRAS</b>	<b>19</b>
<b>CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Após a conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) onde meu Trabalho de Conclusão de Curso foi sobre “A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL” em que procurei descrever como a referida Universidade tem preparado seus discentes para tratar a temática racial no contexto escolar. Após análise de documentos, apreciação das publicações recentes sobre a temática e de trabalho de campo (entrevistas e questionários com docentes e discentes do curso estudado) concluiu-se que, mesmo apresentando avanços, o curso de formação inicial de Professores precisa capacitar seus professores formadores para que consigam tratar a Educação para as relações etno raciais de forma a qualificar futuros professores a trabalharem nas escolas com profundidade e de forma articulada na composição dos currículos.

Defendido este trabalho é concluído o curso de licenciatura em Educação Física, solicitei o reingresso para o Bacharelado, em razão disto, que se configura esta pesquisa, que representa o trabalho de conclusão de curso do Bacharelado. Como temática, elegeu-se a pessoa com deficiência, e de forma mais específica, a pessoa negra com deficiência e o acesso a práticas da cultura corporal, no âmbito escolar e não escolar.

Como motivação ao desenvolvimento da temática, recentemente, assumi um trabalho fora do âmbito escolar, no qual atuo com Pessoas com Deficiência (PcD) no setor de esporte e de lazer. Assim, neste curto espaço de tempo, apurei meu olhar para o público que frequenta este espaço e que tem acesso a essas práticas corporais que são desenvolvidas, mas para minha surpresa, identifiquei poucas pessoas negras participantes dos projetos e tenho questionado onde estão essas pessoas? Será que temos poucas pessoas negras com deficiência no Brasil ou elas não têm acesso aos espaços de práticas? A partir destes questionamentos, e com a tarefa de elaborar um trabalho de conclusão de curso para o curso de Bacharelado em Educação Física, defini como temática estudar o acesso de pessoas negras com deficiência aos espaços onde ocorrem as práticas corporais.

De acordo com informativo do IBGE (2022), que se baseou na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, em torno de 8,4% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, sendo em torno de 17,2 milhões de pessoas. Os dados também mostram que 56,1% da população brasileira se autodeclara parda ou preta (IBGE, 2010). Com estas constatações, de que mais da metade da população brasileira é composta de pessoas negras e que 17,2 milhões de pessoas possuem alguma deficiência, levanta-se o seguinte questionamento: considerando a interseccionalidade destes dados, ou seja, de pessoas negras com alguma deficiência, no que diz respeito aos espaços de lazer e práticas corporais no âmbito da sociedade mais ampla, onde estão inseridas essas pessoas?

Os estudos acessados numa busca inicial, demonstram que esses dois grupos mencionados são inferiorizados dentro do sistema capitalista que vivemos no Brasil, sistema que prioriza o rendimento, a eficiência, a produção. Conforme Dalla Déa et al. (2013) essa busca enlouquecida pela eficiência proporciona, na atualidade, a aversão pela deficiência. A pessoa com deficiência é culturalmente vista como um corpo inutilizado, um corpo incapaz e com “defeito”.

Historicamente as pessoas que fugiam do padrão da normalidade eram excluídas do convívio social e internadas nos antigos manicômios. Enquanto os negros durante muitos anos foram escravizados por serem considerados uma raça inferior simplesmente por terem a pele mais escura que a pele dos colonizadores. Essas informações nos fazem refletir, ou ao menos deveria fazer, sobre as dificuldades que pessoas negras com deficiência possuem para viver e sobreviver no Brasil, tendo em vista que essas pessoas possuem, no mínimo, dois atravessamentos geradores de preconceito e discriminação.

Essa discussão, embora seja muito necessária, não é feita dentro da sociedade, nas discussões sobre raça pouco se menciona sobre deficiência e nas discussões sobre deficiência pouco se menciona sobre raça. Conforme estudo de Almeida e Araújo (2020), a ausência de pesquisas de abordagem interseccional gera um silêncio nos debates acerca das temáticas mencionadas, mantendo essas pessoas como invisíveis, dificultando ainda mais os seus acessos. Além disso, nos estabelecimentos de custódia<sup>1</sup> e tratamento psiquiátrico no Brasil, identifica-se uma “população majoritariamente masculina, negra, de baixa escolaridade e com periférica inserção no mundo do trabalho” (Diniz, 2013, citado por Almeida e Araujo,

---

<sup>1</sup> Para Brito (2013) Os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico bem como as Alas de Tratamento Psiquiátrico são os estabelecimentos destinados a receber as pessoas em medida de segurança, aquelas em restrição de liberdade para tratamento psiquiátrico.

2020, p. 614). Conforme Almeida e Araújo (2020) as internações compulsórias e o encarceramento dessa população desempenham uma função sanitária, salvaguardando a integridade da raça superior, muito semelhante às práticas associadas à eugenia na passagem do século XIX para o século XX.

Segundo Ribeiro et al (2019), o preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência permanecem até hoje no Brasil, com estratégias semelhantes às ideias eugênicas, como os estudos de “melhoramento” genético da população. Assim, quando se trata de pessoas negras com deficiência, que ocupam a condição de vulnerabilidade social, tendem a continuar passando por situações de discriminação e preconceito. Os autores reiteram que tais práticas precisam ser combatidas.

Com isso, a presente pesquisa se justifica pelo cenário encontrado de poucas pessoas negras com deficiência nos setores da sociedade em que ocorrem as práticas corporais. Sendo assim, muitos questionamentos podem ser levantados, no que diz respeito a inserção das pessoas com deficiências e negras, especificamente na Educação Física, e do acesso destas às práticas corporais, tendo em vista possíveis restrições para as PcD's negras as instituições que contam com profissionais especializados.

Com este breve panorama apresentado e com a intenção de não ficarmos apenas na superfície do problema, levantamos a seguinte questão de estudo: ***Onde estão inseridas as pessoas negras com deficiência no campo das práticas corporais?***

Este trabalho de revisão de literatura, analisou as produções recentes sobre a temática - PcDs negras e o acesso às práticas corporais. Elegemos três objetivos, a partir dos quais elaboramos um quadro com os dados coletados, na sequência analisamos cada um dos produtos, elaboramos uma discussão à luz da questão de estudo, e apontamos algumas considerações e reflexões para estudos futuros.

## **2 - OBJETIVO GERAL:**

Levantar, identificar, analisar e compreender se há pessoas negras com deficiência nos espaços de práticas corporais e como ocorre o acesso e inclusão desta população, considerando instituições de ensino, projetos sociais e educacionais que oferecem práticas corporais.



## **2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Levantar e identificar se há pessoas negras com deficiência nos espaços de práticas corporais em instituições de ensino e projetos sociais e educacionais;
- Analisar, nas pesquisas levantadas, como ocorre o acesso das pessoas negras com deficiência às práticas corporais.
- Compreender como se dá a inclusão de pessoas negras com deficiência aos espaços de práticas corporais.

## **3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, que descreve e analisa os objetivos, métodos, resultados e conclusões de estudos sobre as práticas corporais para pessoas negras com deficiência.

Ressaltamos que a estratégia de busca elegeu o caráter interseccional dos descritores, a saber: pessoas negras com deficiência - raça e deficiência. Para Patton (1986), pesquisas qualitativas embora acolham uma variedade de tradições e estratégias, existem alguns elementos comuns, principalmente porque as pessoas agem em função de suas crenças, sentimentos e valores, e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que precisa ser desvelado, e isto pode levar tempo (ALVES, 1991).

Para Silva e Silva (2018), a pesquisa do tipo qualitativa, que não exclui a quantitativa, quando complementares, possibilitam o uso da intersecção nas pesquisas com marcadores "raça/cor" e "deficiência". Considerando o levantamento bibliográfico e os dados oficiais consultados nestes estudos de revisão, que alcançam informações que isoladamente não seria possível.

Sendo assim, para a busca dos artigos, foi utilizado o gerenciador MENDELEY, cujo acesso é público e gratuito. Como descritores para a busca definiu-se: práticas corporais, pessoas com deficiência e pessoas negras. Entre os descritores foi utilizado AND para que fossem localizados estudos que abordassem as três temáticas. Além disso, cabe salientar que a pesquisa foi feita com foco em estudos em âmbito Nacional.

## **4 - PESSOAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA: ACESSO E INCLUSÃO AOS ESPAÇOS DE PRÁTICAS CORPORAIS**

O presente estudo, de análise de fontes secundárias, teve como orientação a seguinte questão de estudo: *Onde estão inseridas as pessoas negras com deficiência no campo das práticas corporais?* Após o levantamento, que se deu a partir dos descritores - pessoas com deficiência, pessoas negras, práticas corporais, elaborou-se o quadro de resultados da busca, o qual é apresentado a seguir, para posterior análise e discussão dos artigos selecionados.

**Quadro 1** - Resultado da Busca

Referência	Objetivos	Metodologias	População	Resultados	Conclusões
DALLA DÉA, V. H. et al. A Inclusão de Pessoas com Deficiência nos Projetos de Extensão de Práticas Corporais da Universidad e Federal de Goiás. Pensar a Prática, Goiânia, v. 16, n. 4, 2013.	Apresentar como acontece a inclusão de Pcd's nos projetos de extensão da UFG, categorizando formas de inclusão e o perfil das pessoas incluídas.	Observação sistemática e pesquisa de campo qualitativo-d escritiva.	Pessoas com deficiência participantes do projeto de extensão da FEF/UFG.	Tem-se 25 pessoas com deficiência incluídas: 80% Práticas Aquáticas; 16% Práticas Aquáticas e Dança; 4% somente Dança. Inclusão ocorre por três formas diferentes: Inclusão Automática e Independente (48%); Inclusão com dependência momentânea (40%) e Inclusão com dependência Permanente (1%).	Concluiu-se que o projeto Dando Asas tem atingido seus objetivos de incentivar a inclusão de pessoas com deficiência nos projetos já existentes, sem a necessidade de criar projetos específicos para as diversas deficiências. Entretanto verificaram que é preciso incentivar a inclusão nos demais projetos de práticas corporais e buscar a inclusão de pessoas com deficiências sensoriais. Além disso, os benefícios vão além das pessoas atendidas no projeto, pois os monitores e professores envolvidos no projeto tem avançado na oferta de práticas pedagógicas na contramão da exclusão.

<p>DE ALMEIDA, Philippe Oliveira; ARAÚJO, Luana Adriano. DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. <b>Revista Brasileira de Políticas Públicas</b>, v. 10, n. 2, 2020.</p>	<p>Re-analisar a estabilidade e conceitual da interseccionalidade como instrumento teórico para entender a experiência da pessoa negra com deficiência.</p>	<p>Pesquisa hipotético-dedutiva, com abordagem qualitativo-dedutiva e com aporte fundamental na revisão bibliográfica.</p>	<p>Estudo com fontes secundárias.</p>	<p>A DisCrit - Teoria crítica racial é relevante quando sustentada em uma abordagem interseccional, intercategorial sensível à maneira como diferentes marcadores (estampas) sociais recaem sobre um mesmo corpo.</p>	<p>Com base no levantamento das fontes secundárias, aponta-se para a necessidade de aprofundamento de estudos que contemplem raça e deficiência como categorias enredadas por uma concepção de normalidade.</p>
<p>PASSOS, Adrielli Andrade.; TEIXEIRA-MACHADO, Lavinia. The interlacement of expressive body movement of people with disabilities in school environment. <i>Research, Society and Development</i>, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e48710817588, 2021</p>	<p>Compreender porque as pessoas com deficiência são excluídas das práticas corporais no ambiente escolar e as possíveis teorias que justifiquem suas causas; Proporcionar o conhecimento acerca desse fenômeno e quais abordagens enfatizam a importância; e, descrever</p>	<p>Estudo de caso com abordagem qualitativa-descritiva</p>	<p>Pessoas com deficiências inseridas no ambiente escolar</p>	<p>A partir do estudo os autores encontram que a dança permite o diálogo entre motricidade e funções simbólicas, além disso, a experiência da dança amplia a expressividade do corpo, proporcionando à PCD ser um ator coletivo e social, fomentando a integração emocional, cognitiva, física e social no ambiente escolar.</p>	<p>Os autores almejam que o presente estudo contribua para futuras pesquisas sobre a institucionalização de propostas de práticas corporais na escola, visando a articulação entre as diferentes atividades curriculares, de forma a superar estigmas e discriminação de pessoas com deficiência.</p>

	possíveis abordagens com foco na dança para a promoção da inserção de PCD no ambiente escolar como propostas e soluções que visem a transformação estrutural.				
LOPES, Suzel Fernanda . JÚNIOR, Rubens Venditti. Dançando no Escuro: uma proposta de ensino das atividades rítmicas e expressivas inclusivas na extensão universitária . Revista Extensão & Cidadania, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 16, 2019	Apresentar possibilidades de ensino das atividades rítmicas e expressivas inclusivas para pessoas com deficiência	Relato de experiência de uma intervenção prática com Pessoas com deficiência, considerando o conteúdo de Atividades Rítmicas e Expressivas	Pessoas com deficiências múltiplas	Melhor resposta motora e desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais aos PCD's, inclusive nas AVD's dos mesmos; melhor compreensão e aspectos de conhecimento corporal e domínio de movimento que não havia antes; melhorias de convívio e aspectos afetivos desenvolvidos com a consolidação e convívio do grupo de trabalho.	Concluiu-se que houve melhoras significativas dos participantes PCD's, além de propiciar aos estudantes de Educação Física (monitores e voluntários do projeto) essa vivência com PCD's. O profissional deve estar preparado para a diversidade humana, sem vergonha de se permitir aprender e reaprender quantas vezes forem necessárias, para proporcionar um atendimento de qualidade à população.

Elaboração: Autora

## 5 - ONDE ESTÃO AS PCDS NEGRAS?

O artigo 1 cujo a temática é a inclusão de pessoas com deficiência nos projetos de extensão de práticas corporais da Universidade Federal de Goiás (UFG), teve como objetivo geral apresentar como acontece a inclusão de PcD's nos projetos de extensão da UFG, categorizando formas de inclusão e o perfil das pessoas que participam dos projetos. Como percurso metodológico, os autores utilizaram a observação sistemática e pesquisa de campo qualitativo-descritiva como metodologia.

Os autores levantam diversas temáticas para discussão, como por exemplo a formação dos professores que é necessária para que aconteça a inclusão efetiva das PcD's. Desta forma, o projeto "Dando Asas", criado dentro da Faculdade de Educação Física (FEF) da UFG, proporciona aos estudantes, futuros professores, a vivência com a inclusão ainda na graduação.

O projeto visa incluir pessoas com deficiência em projetos já existentes, que inicialmente eram ocupados somente por pessoas sem deficiência, pois na concepção dos autores criar projetos exclusivos foge da ideia de inclusão. Sendo assim, os professores precisam criar arranjos pedagógicos para que a aula seja possível para todos.

Os resultados encontrados pelos autores mostraram que das 960 pessoas participantes dos projetos de extensão de práticas corporais da FEF/UFG, 25 são pessoas com alguma deficiência e foram incluídos pela iniciativa do projeto "Dando Asas". Dentre os projetos existem diversas modalidades, como práticas aquáticas (natação adulto, natação infantil e hidroginástica), danças (flamenco, dança do ventre, dança de rua e danças variadas), lutas (capoeira, judô e luta olímpica) e práticas corporais variadas (musculação, ginástica e ioga) e cada pessoa pode optar em qual prática e projeto deseja participar. Entretanto, os autores observaram que 80% fazem somente atividades aquáticas, 4% somente dança e 16% dança e aquáticas, fazendo-os se questionarem sobre o porquê as outras modalidades não são escolhidas, tendo em vista os benefícios que as atividades podem proporcionar às pessoas com deficiência também. (DALLA DÉA, 2013)

Dentre os tipos de deficiência, 76% dos alunos apresentam deficiência motora como dominante e 24% a deficiência intelectual é a dominante, cabe salientar que não há pessoas com deficiência sensorial dominantes, algumas apresentam pequenas alterações visuais e/ou auditivas, mas nada significativo.

Outro ponto importante levantado pelos autores foram os objetivos que levaram essas pessoas à prática de atividades físicas, onde a maioria mencionou a melhora de habilidades e coordenação relacionados à deficiência existente, melhoras na saúde, socialização e comportamento, além do aumento da autonomia e diminuição da ansiedade. Apenas 17% relacionam a manutenção ou perda de peso, nos mostrando que a prática de atividade física para as pessoas com deficiência possui outro viés, se relacionado a pessoas sem deficiência.

No projeto foram apresentadas três formas de inclusão: a automática e independente, onde a inclusão acontece sem necessidade de interferência dos monitores, totalizando 48% dos participantes PCD; a inclusão com dependência momentânea, em que há uma necessidade inicial do auxílio dos monitores, geralmente são pessoas com um medo inicial do meio aquático, mas logo deixa de ser necessário o auxílio, sendo 40% dos participantes; e, a inclusão permanente, sendo necessário um monitor para adaptar de várias formas o ambiente e/ou atividades propostas pelo professor, nesse grupo se encaixam 12% dos integrantes.

Concluiu-se que o projeto Dando Asas tem atingido seus objetivos de incentivar a inclusão de pessoas com deficiência nos projetos já existentes, sem a necessidade de criar projetos específicos para as diversas deficiências. Entretanto verificaram que é preciso incentivar a inclusão nos demais projetos de práticas corporais e buscar a inclusão de pessoas com deficiências sensoriais. Além disso, os benefícios vão além das pessoas atendidas no projeto, pois os monitores e professores envolvidos no projeto têm avançado na oferta de práticas pedagógicas na contramão da exclusão.

O segundo texto, teve como objetivo principal “reanalisar” a estabilidade conceitual da interseccionalidade como instrumento teórico para entender a experiência da pessoa negra com deficiência. Os objetivos específicos são compreender a DisCrit e seu lugar nos estudos brasileiros de deficiência, tratar da interseccionalidade como cruzamento de duas ou mais categorias socialmente marginalizadas, destacando os limites dessa perspectiva para tratar do negro com deficiência; propor uma noção de interseccionalidade que redefina normalidades em cor e funcionamentos. A pesquisa hipotético-dedutiva, utilizou de uma abordagem qualitativo-descritiva e com aporte fundamental na revisão bibliográfica.

Os autores iniciam o texto destacando casos em que pessoa negras com deficiência sofreram abusos policiais e/ou foram condenadas injustamente em tribunais, por motivos como: dois homens negros e surdos não terem atendidos a

uma abordagem policial, sendo assim foram assassinados. Mas repetindo o questionamento dos autores, e se esses homens surdos fossem brancos? será que a abordagem seria a mesma? (ALMEIDA E ARAÚJO, 2020)

Almeida e Araujo (2020) nos alertam para o silêncio gerado por conta da ausência interseccional das temáticas raça e deficiência, tais como a pauta dos manicômios judiciários. Pauta que continua invisibilizada, tanto nas discussões raciais, quanto nas discussões sobre a reforma psiquiátrica, onde, em sua maioria, "os institucionalizados são pessoas negras com deficiências psicossociais, intelectuais e mentais, que têm suas próprias histórias, suas próprias narrativas, cada uma marginalizada pelo não dito na interseção" (ALMEIDA E ARAÚJO, 2020, pg. 614).

A DisCrit aponta a necessidade de quebrar o silêncio sobre deficiência nos CRT (Critical Race Theory) e o silêncio sobre raça nos DS (Disability Studies). A DisCrit oferece uma análise multidimensional, indicando preconceitos e discriminações associados à raça e à (d)eficiência que podem se articular e retroalimentar. Annamma (2018) aborda sobre o comportamento de estudantes negros serem considerados como sintomas de transtornos psicossociais, enquanto os mesmos comportamentos para estudantes brancos são aceitos. (ANNAMMA, 2018 citado por ALMEIDA e ARAÚJO, 2020)

Conforme reforçado pelos autores, o objetivo da DisCrit não é sobrepor uma opressão sobre a outra, não é sobre ver qual é maior ou mais importante, mas sim identificar como se cruzam, como se articulam. Sobre a interseccionalidade, há duas formas de os dois movimentos se inter-relacionarem, a primeira baseia-se no "aprendizado por analogia", então um grupo aprende com as experiências dos outros, enquanto a segunda forma explora os sistemas de opressão mutuamente. Os autores consideram que a deficiência possui três segmentações, que são: condição, que é dada pela particularidade da pessoa com deficiência; situação: é a maneira pela qual as barreiras são colocadas; e, a posição, que se origina na estrutura social, nossos valores, normas, cultura.

Com base no levantamento das fontes secundárias, aponta-se para a necessidade de aprofundamento de estudos que contemplem raça e deficiência como categorias enredadas por uma concepção de normalidade. Os autores reforçam que enquanto a discussão capacista for vista a partir da visão do homem branco com deficiência e a discussão racial for vista a partir do homem negro sem deficiência, não será possível enxergar os reais problemas e dificuldades das

peças negras com deficiência. É preciso questionar essa "normalidade" imposta a sociedade, "normalidade" essa baseada no homem, branco, sem deficiência, hétero, cisgênero e rico.

O terceiro estudo - "O entrelaçamento do movimento corporal expressivo da pessoa com deficiência no ambiente escolar" aborda a deficiência dentro da escola, com os objetivos de: a) compreender porque as pessoas com deficiência são excluídas das práticas corporais no ambiente escolar e as possíveis teorias que justifiquem suas causas; b) proporcionar o conhecimento acerca desse fenômeno e quais abordagens enfatizam a importância, e, c) descrever possíveis abordagens com foco na dança para a promoção da inserção de PCD no ambiente escolar como propostas e soluções que visem a transformação estrutural. Esse artigo foi elaborado a partir de um estudo de caso com abordagem qualitativa-descritiva.

Passos e Machado (2021) mencionam sobre a importância da educação na vida das crianças, não sendo diferente para crianças com deficiência. Além disso, há a Lei 13.146/15 que assegura a oferta do sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, estabelecendo um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, além de fornecer profissionais de apoio. Entretanto, ainda existem barreiras escolares, como: treinamento e suporte inadequados para professores, barreiras físicas, rotulagem, barreiras atitudinais, violência, bullying e abuso. (OMS, 2011 citado por Passos e Machado, 2021). Mas em contrapartida, é possível mencionar os diversos custos econômicos e sociais ocasionados pelo impedimento escolar (PASSOS e MACHADO 2021).

As autoras também defendem a inclusão de crianças com deficiência junto com crianças sem deficiências, a fim de aumentar a familiaridade e reduzir os preconceitos. Sendo assim, as autoras elaboraram uma proposta pedagógica de dança para PCD que consiste em aulas com uma hora de duração, duas vezes por semana, chamada Técnica Aplicada Lavínia Teixeira (TALT).

As aulas concentram exercícios de amplitude global, coordenação motora, imagem corporal, habilidade e agilidade, baseando-se em três componentes: o eu (as práticas se baseiam para além do corpo biológico), o ambiente (utiliza fatores fisiológicos e metodológicos para transferir o olhar de incapacidade e de doença, para a capacidade de se relacionar com o seu ambiente) e o outro (visa aprimorar a relação com o outro).



Conforme destacado pelas autoras, a dança é encontrada em todas culturas e é capaz de criar oportunidades para movimento funcional nas diversas condições da PCD por estimular a participação e engajamento, envolvendo expressão individual e social. Passos e Machado (2021) também abordam estudos em que mostram as contribuições que a dança tem trazido para o público de diferentes deficiências, como por exemplo melhora na capacidade de viver em sociedade, de acordo com as estruturas e funções corporais, atividade, participação, fatores ambientais e fatores pessoais, além de aprimorar habilidades de comunicação não verbal através da música, com a capacidade de despertar a expressão facial, o comportamento social e o reconhecimento das emoções.

A interação social é um dos grandes desafios enfrentados pelas pessoas com deficiências, tendo em vista que seus relacionamentos são diretamente afetados por isso. Além disso, há um grande estímulo de contato visual durante as aulas, outro ponto que muitos também possuem dificuldades. Ou seja, a dança tem mostrado diversos benefícios para PcDs.

O corpo da pessoa com deficiência é também um corpo social, vestido de subjetividades. A dança para a PcD, no ambiente escolar, é uma possibilidade de produzir uma ação transformadora sobre o corpo e o meio físico que atua. A dança permite dialogar entre motricidade e funções simbólicas, e a partir do presente estudo foi possível entender que a dança proporciona a PcD ser de fato um sujeito coletivo e social, fomentando a integração emocional, cognitiva, física e social no ambiente escolar.

Sendo assim, as autoras almejam que o presente estudo contribua para futuras pesquisas sobre a institucionalização de propostas de práticas corporais na escola, visando a articulação entre as diferentes atividades curriculares, de forma a superar estigmas e discriminação de pessoas com deficiência.

O quarto e último artigo revisado neste trabalho, intitulado de “Dançando no escuro”: uma proposta de ensino das atividades rítmicas e expressivas inclusive na extensão universitária, tem como objetivo apresentar as experiências vividas e os resultados advindos das práticas corporais expressivas aplicadas no projeto de extensão “Dançando no escuro”, que propõe inovações metodológicas e utilização de tecnologias assistivas para o ensino de atividades rítmicas inclusivas para uma população de indivíduos com deficiências variadas. Este estudo ocorreu a partir de um relato de experiência de uma intervenção prática com pessoas com deficiência. A intervenção propõe que a partir de exercícios rítmico-sensoriais, atividades

lúdicas, planejados e estruturados para PcD's, é possível ampliar as habilidades motoras e expressivas, além de estimular a autoconfiança e valorização desses sujeitos.

As atividades oferecidas neste projeto incluem dança, ginástica para todos (GPT) e musicoterapia. A fim de estimular a lateralidade, ampliação da mobilidade corporal, da orientação espacial e influência positiva na qualidade de vida em contextos sociais e culturais. Ainda como objetivos secundários, almejam a identificação e avaliação dos benefícios motores que o conhecimento e controle do corpo, adquiridos através da atividade gímnica e da dança, possam vir a proporcionar à pessoa com deficiência.

Através de atividades rítmicas, os autores conseguiram abordar exercícios funcionais de forma recreativa e lúdica, além de propor exercícios dinâmicos para explorar diferentes movimentos, a fim de sair do foco de reabilitação, muitas vezes frio e preestabelecido, conforme os autores. O protocolo de reabilitação muitas vezes impede a participação ativa do aluno na escolha de atividades, além de oferecer possibilidades de contato social e interação.

A Educação Física (EF) tem evoluído para atender as pessoas de forma individualizada, melhorando didática e pedagogicamente, buscando desenvolver novas e melhores metodologias, indo de encontro a proposta do projeto “Dançando no Escuro”, com objetivo de atender a todos, respeitando suas habilidades, capacidades e deficiências. Aproveitar a atividade física como forma de prazer, sem preocupação com perfeição de gestos, movimentos ou pontuações.

Os autores mencionam que os jogos e brincadeiras foram desenvolvidos com a pretensão de que todos pudessem participar, independente do sexo, idade, ou tipo de deficiência, entretanto eles relatam que em alguns casos foi necessário alterar a atividade, por não ter corrido como planejado. Lembrando que a base da inclusão da EF é adaptar sem constranger ninguém, para que todos participem, pensando que a população em geral é plural, então o profissional da educação física precisa estar preparado para isso.

O projeto “Dançando no Escuro” divide-se em 6 fases, com diferentes tipo de trabalhos corporais, sendo eles: 1) estabilização muscular; 2) exploração do corpo no espaço; 3) sonoridade e percussão corporal; 4) processo expressivo; 5) processo criativo; e, 6) dança. Todas as aulas devem basear-se em algum desses elementos, utilizando o lúdico para atrair a participação dos alunos.

Os autores perceberam pelos relatos de monitores, familiares e das rodas de conversa, diversos benefícios adquiridos a partir das atividades, como melhor resposta motora e desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais aos PCD's, inclusive nas Atividades de Vida Diária (AVD), melhor compreensão e aspectos de conhecimento corporal e domínio de movimento, além das melhorias de convívio e aspectos afetivos.

Os benefícios não foram somente para as pessoas com deficiências, mas também para os auxiliares graduando em Educação Física que vivenciaram esse contato, aumentando suas bagagens de vivências profissionais. Ressaltando que, conforme os autores, o profissional deve estar preparado para a diversidade humana, mas se não estiver, é preciso se permitir aprender novamente.

## **6 - A INVISIBILIDADE DAS PcDs NEGRAS**

Realizada as análises dos textos iniciamos a nossa discussão acerca das temáticas estudadas retomando nossa questão de estudo: Onde estão inseridas as pessoas negras com deficiência no campo das práticas corporais? Começamos salientado que em busca realizada no Mendeley somente quatro trabalhos acerca da temática escolhida foram encontrados e selecionados, além disso, embora os tenham sido definidos os descritores: pessoas negras, pessoas com deficiências e práticas corporais, nenhum dos quatro textos encontrados e selecionados, mencionaram as três temáticas juntas. Somente um dos textos mencionou a questão da interseccionalidade de raça e deficiência, entretanto não mencionou sobre as práticas corporais. Os outros três trabalhos falaram sobre práticas corporais, sendo ela em projetos ou em escola básica, entretanto não mencionaram acerca da temática racial.

Uma primeira confirmação é de que há poucos estudos de abordagem interseccional, quanto às questões de raça, cor e deficiência. A título de pesquisa exploratória, no início da busca, quando definiram-se os descritores, se a palavra de busca interseccionalidade ou interseccional era colocada, a busca vinha sem resultados.

Conforme Almeida e Araujo (2020) expõem em seu trabalho, nos estudos brasileiros sobre étnicos-raciais pouco se menciona sobre deficiência e nos estudos

sobre deficiência pouco se fala sobre raça e etnia, evidenciando o quanto é necessário introduzir o debate sobre interseccionalidade. Um corpo negro e com deficiência passa por situações que um corpo branco com deficiência e um corpo negro sem deficiência não irão passar. Cabe ressaltar novamente que não estamos tentando hierarquizar as opressões, nem objetivando dividir as lutas, o objetivo é o oposto, é abrir a visão para essas populações que possuem atravessamentos importantes num movimento político por direitos. (ALMEIDA & ARAÚJO, 2020)

Abordar as temáticas raciais e sobre deficiências de formas separadas dá a entender que a pessoa que é negra e possui alguma deficiência poderia escolher um perfil, ou seja, como se ela pudesse escolher qual opressão sofrerá, mas como sabemos, o corpo é um só, é complexo, possui atravessamentos que agem de forma concomitante. O corpo negro com deficiência encontra-se num limbo, precisando negociar identidades para poder abordar questões específicas das violências sofridas por seus marcadores. (ALMEIDA & ARAÚJO, 2020)

De acordo com dados do IBGE (2022), há uma maior incidência de deficiência em pessoas negras, sendo 8,7% em comparação às pessoas brancas, que são 8,0%. No entanto, esses dados acabam por ser invisibilizados nos estudos sobre pessoas com deficiência, pois as pessoas negras com deficiência não são identificadas nem sequer mencionadas. Assim, estudos sobre esta população, que são em maior número como apontam os dados, são necessários para que identifique-se as causas do não acesso a estes espaços.

Importante frisar que há um avanço no acesso de pessoas com deficiência aos espaços em que ocorrem práticas corporais, sejam instituições de ensino ou projetos sociais mais amplos, mas também é preciso reconhecer que há um limite na identificação das pessoas negras com deficiência, justamente pela ausência de estudos de abordagem interseccional.

Nesta direção, no primeiro estudo os autores abordam a deficiência em um projeto de práticas corporais que visa a real inclusão de pessoas com deficiência em um ambiente com pessoas sem deficiência, entretanto não aborda e nem menciona a questão racial, inclusive na entrevista inicial os participantes respondem a um questionário que envolvem questões como: idade, gênero, tipo de deficiência, modalidade que escolheu participar e o objetivo da participação, ou seja, a questão de raça ou cor não é questionada ao novo participante (DALLA DÉA et al., 2013).

Em contraponto, embora Almeida e Araújo (2020) não analisem as práticas corporais, os autores se aprofundam na temática interseccional entre raça, cor e

deficiência. Para Kimberlé Crenshaw a interseccionalidade surge como uma forma de ver como as pessoas pertencentes a mais de um grupo excluído vivenciam as opressões singulares (Kimberlé Crenshaw, 1990, citada por Almeida & Araújo, 2020, p. 618). Dessa forma, a DisCrit procura meditar sobre a interseccionalidade de racismo e capacitismo

A DisCrit oferece uma análise multidimensional, que indica como preconceitos e opressões associados à raça e à deficiência podem se articular e se retroalimentar. Pessoas não brancas são, com frequência, retratadas como física, emocional e intelectualmente “inferiores” a pessoas brancas — desse modo, hierarquias sociais seriam validadas pela anatomia, em um regime no qual o corpo define o papel político a ser desempenhado pelo sujeito (ALMEIDA & ARAÚJO, 2020, p. 619).

Annamma salienta que alguns comportamentos de estudantes negros estadunidenses são considerados como sintomas de transtornos psicossociais, entretanto se encenado por estudantes brancos, são considerados aceitáveis (Almeida & Araújo, 2020). De acordo com Annamma et al., artigos dessa temática são mais encontrados em periódicos de educação especial. Essa linha entre educação especial e educação geral sustenta essa separação artificial dos dois campos, em vez de compartilhar a educação como um todo. Além disso, essa separação nas pesquisas reforça as diferenças entre habilidade e deficiência (ANNAMMA 2013, citado por ALMEIDA & ARAÚJO, 2020).

Para muitos doutrinadores eugenistas, deficiências físicas, intelectuais e emocionais resultam da perpetuação de “raças inferiores”, que poderiam ter desaparecido devido à “luta pela sobrevivência”, mas que conseguiram se multiplicar — de forma degenerada — em virtude da miscigenação. Nesse sentido, a internação compulsória e o encarceramento de indivíduos pretos e pardos — aliados a projetos de esterilização — desempenharam uma função sanitária, salvaguardando a integridade da raça branca. Condutas “anormais” (incluindo-se, aqui, atividades criminosas) adviriam de “degenerescência” biológica (deficiência), que seria o fruto, por sua vez, do atavismo negro (ALMEIDA & ARAÚJO, 2020, p. 622).

Com isso, as pessoas negras com deficiência, no contexto brasileiro, eram tratadas como casos de polícia ou muitas vezes eram internadas em hospitais psiquiátricos, nos quais chegavam a passar uma vida sem receberem a devida atenção e reinserção no contexto de suas famílias ou na sociedade mais ampla.

No estudo de Lopes e Junior (2019) que relata um projeto representativo de práticas corporais para as pessoas com deficiência, pois procura trabalhar em suas atividades tanto na questão motora: proporcionando uma melhora significativa na resposta motora e no desenvolvimento das habilidades fundamentais, beneficiando-os nas atividades de vida diária, além da melhor compreensão e aspectos de conhecimento corporal e domínio de novos movimentos; quanto na questão psicossocial, proporcionando uma melhora no convívio e em aspectos afetivos. Embora seja um projeto diferenciado, não cita as questões raciais ao longo de seu trabalho em nenhum momento. Novamente nos deparamos com projetos muito bons, mas que não se atentam à temática racial, como se fosse possível escolher ser somente uma pessoa com deficiência, ignorando sua raça ou cor.

As autoras Passos e Machado (2021) relatam uma proposta de inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar. Neste estudo as autoras citam que marcadores sociais como raça e classe, ainda são identificados como formas de opressão, que reproduzem desigualdades e discriminação no ambiente escolar.

No que diz respeito à Lei 10.639/03 que regulamenta a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar, que está completando 20 anos, ainda tem dado passos tímidos nesta direção, negligenciando uma normativa legal. Quando analisamos a Lei 13.146/15 que torna obrigatório a inclusão de PcDs no ambiente escolar, percebemos que também caminha a passos lentos para seu cumprimento. O público alvo deste trabalho, ou seja, as pessoas negras com deficiência são diretamente impactadas e atravessadas por essas duas leis supracitadas que ainda não possuem efetivo cumprimento.

Os estudos que abordam a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, não denominam os seus alunos como brancos, pretos ou pardos, entretanto é importante que essas pessoas sejam identificadas, pois de acordo com o IBGE apenas 34% dos homens pretos ou pardos com deficiência e de idade entre 20 e 22 concluíram o ensino médio e 55% mulheres pretas ou pardas com deficiência. (IBGE, 2022) Ou seja, mais uma vez não sabemos onde estão essas pessoas. Além disso, cabe a nós refletir a relação desses dados com o não cumprimento das duas leis citadas anteriormente e vice-versa.

O que não é visto, não é lembrado. A invisibilização das pessoas negras com deficiência faz com que eles não sejam lembrados, faz com que dados como os do IBGE ressaltem que eles são maioria no número total de pessoas, mas são minoria

no número de acesso à educação e a saúde, isso quando nem sequer são mencionados nos estudos. (IBGE, 2022)

Lopes e Junior (2019) mencionam que a prática de exercícios ritmados resulta em variados benefícios nos aspectos físicos, emocionais, sociais e intelectuais em diversas áreas. Passos e Machado corroboram com a afirmação anterior e acrescentam que:

[...] a dança amplia a operação expressiva do corpo e a percepção, afinando os sentidos, aguçando a sensibilidade, elaborando a linguagem, a expressão e a comunicação, proporciona à PCD ser, de fato, um ator coletivo e social, ao fomentar meios substanciais para a integração emocional, cognitiva, física e social no ambiente escolar (PASSOS & MACHADO, 2019, p. 11)

Sendo assim, visto parte dos diversos benefícios que a atividade física pode proporcionar na vida das PcDs, questionamos novamente onde estão essas pessoas, será que PcDs negras que não procuram as atividades? pois de acordo com o IBGE:

[...] serviços de reabilitação para pessoas com deficiência de cor ou raça branca (24,0%) em comparação com aquelas de cor ou raça preta ou parda (20,4%). Essa diferença de acesso a serviços de reabilitação se mostrou positivamente relacionada à desigualdade de acesso a tais serviços por meio de plano de saúde, particular ou outros tipos, cujos percentuais foram 54,5%, no caso do atendimento para pessoas brancas, contra 31,5%, para pessoas pretas ou pardas (IBGE, 2022, p. 7).

Cabe ressaltar que, embora o objetivo dos projetos não seja ter um caráter reabilitacional, muitas vezes frio e preestabelecido, conforme Lopes e Junior (2019) mencionam, os benefícios acabam sendo os mesmos, porém abordados de forma lúdica e recreativa.

Alguns projetos apresentam propostas emancipatórias quando defendem que pessoas com deficiência e sem deficiência participem de projetos comuns, sem o caráter discriminatório e segregacionista, com isso todos os espaços serão adaptados para as pessoas com deficiência, que tem o direito de estarem nestes espaços e acessarem as práticas. defendem que as pessoas com deficiência devem estar incluídas no mesmo ambiente de pessoas sem deficiência, ou seja, que o ambiente precisa estar adaptado para recebê-los.

Dalla Déa et. al (2013) apresenta em seu estudo, um projeto de práticas corporais que incluem pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente, já no

projeto de Passos e Machado (2021) a prática estudada ocorreu em uma escola regular, onde também incluem todas as crianças. Entretanto, a realidade é diferente, seja pela falta de estrutura física, seja pela falta de profissionais capacitados, ou ainda pela falta dos profissionais de apoio que deveriam estar presentes nas escolas, conforme cita a Lei 13.146/15 (BRASIL, 2015).

De acordo com a Lei 13.146/15 a pessoa com deficiência possui além do direito de acesso à educação, tal deve ocorrer em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar. A Lei também torna possível um profissional de apoio escolar, sem ser cobrado do responsável e/ou familiar a mais por isso (BRASIL, 2015). Entretanto, sabe-se que a realidade é outra, algumas escolas não possuem profissional de apoio, outras possuem poucos profissionais diante da demanda de alunos de inclusão, associado a isto, a estrutura física precária e sem equipamentos e instalações de acessibilidade também é um fator para exclusão e não permanência dos alunos.

No projeto da Universidade Federal de Goiás foi possível incluir pessoas com e sem deficiência, pois além de a maioria das pessoas com deficiência possuírem a deficiência motora como dominante e as atividades serem na água, sendo assim, porcionando que a maioria deles fiquem de forma independente dentro da piscina, os alunos que precisassem de auxílio, contam com um monitor (Della Déa et. al, 2013). Identifica-se assim uma proposta que se apresenta predisposta a incluir as PcD's.

Já no texto sobre inclusão escolar, de Passos e Machado (2021) como não foi especificado quantas crianças com deficiência estavam presentes, o tipo de deficiência das crianças incluídas e nem se existia um profissional de apoio, não é possível verificar a real estrutura física e de apoio que a escola possui, nem o quanto a Lei 13.146/15 está de fato sendo cumprida.

Outro dado que nos chamou atenção durante a análise dos textos foi sobre a escolha da dança como principal opção de atividade física para pessoas com deficiência. Em três dos quatro trabalhos estudados, foi mencionada a dança e/ou atividades ritmadas como ferramentas importantes e com muitos benefícios para a vida das PcDs.

A dança é encontrada em todas as culturas e é capaz de criar oportunidades para movimento funcional nas diversas condições da PcD por estimular a participação e engajamento, envolvendo expressão individual e social (Lopes e Junior (2019).



Dançar proporciona ao corpo uma infinidade de possibilidades sensório-motoras, em diversos contextos, além de contribuir para a autoestima, a autoconfiança e o bem-estar, pode auxiliar na diminuição de dores, aumento de amplitude de movimento, mudanças na emoção, no estado de consciência, além de promover saúde e consciência corporal (ADAMCZYK ET AL., 2020; TEIXEIRA-MACHADO & DESANTANA, 2019; TEIXEIRA-MACHADO ET AL., 2019; FERGUSON-STEGALL, VANG, WOLFE, & THOMSEN, 2017, CITADOS POR PASSOS E MACHADO, 2021, p. 4).

Nesta direção, verifica-se que trabalhar a autoestima das PcDs, tendo em vista que é muito afetada desde a constatação da deficiência e muitas vezes reforçada por práticas e comportamentos sociais, nos quais há menor participação das PcDs e também por posturas que as estigmatizam pautadas na crença de incapacidade que a deficiência carrega consigo (PASSOS & MACHADO, 2021). Dalla Déa et al (2013) critica essa busca enlouquecida pela eficiência, pois gera na humanidade atual uma aversão pela deficiência, visto que acreditam que pessoas com deficiência são incapazes e inúteis. O capacitismo e o racismo são desdobramentos de um movimento de classificação dos corpos baseados no corpo padronizado:

O Ocidente fez do corpo masculino caucasiano sem deficiência o parâmetro de normalidade, face ao qual todos os demais são julgados como “patológicos”. É no âmbito desse jogo que pessoas são classificadas como capazes ou incapazes, aptas ou inaptas (para exercerem funções regulares da vida civil e serem inseridas dentro do mercado de trabalho). Dessa maneira, haveria corpos (e raças) úteis e inúteis, “domesticáveis” e “rebeldes” — “indolentes”, “malandros” etc. Uns destinados às fábricas, e outros, às prisões, aos sanatórios e aos hospitais (ALMEIDA ARAÚJO, 2020, p. 623).

## CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Ao retomar os objetivos deste estudo, de levantar, identificar, analisar e compreender se há pessoas negras com deficiência nos espaços de práticas corporais e de que modo ocorre o acesso e inclusão desta população nas instituições formais e não formais, verificou-se que a literatura acerca da temática raça/cor e deficiência, é muito escassa, principalmente nos estudos nacionais que não tem por tradição, abordar esta temática de forma interseccional. Assim, para refinar a busca e com o intuito de acessarmos os estudos que abordam a temática pessoas negras com deficiência, definiu-se três descritores - pessoas com deficiência, práticas corporais e pessoas negras e, com isso, foi possível constituir o *corpus* deste estudo de revisão - 4 estudos aqui analisados.

Cabe ressaltar que é significativo, embora tardio, certo avanço no acesso de pessoas com deficiência aos espaços de práticas corporais. Entretanto, também fica evidente a necessidade de ampliar o acesso de pessoas negras com deficiência aos locais de prática, tendo em vista que os dados revelam que há uma maior incidência de pessoas negras com deficiência no Brasil se comparado com o número de pessoas brancas com deficiência, mas os dados demonstram também um menor número de pessoas negras com deficiência concluindo a Educação Básica e acessando os serviços públicos de saúde.

A partir dos resultados desta pesquisa, é possível sugerir que os projetos em andamentos e os que venham a ser criados para esta população, levem em consideração o marcador raça/cor nos formulários de inscrição, pois somente assim, com a identificação, será possível ampliar e aperfeiçoar as estratégias de acesso e oferta, bem como atrair e garantir a permanência desta população as práticas corporais. O silenciamento desse grupo precisa acabar, essas pessoas precisam ser vistas, precisam ser citadas e precisam ser ouvidas, além é claro, de vivenciarem práticas corporais que permitam a elas terem melhoras em sua qualidade de vida, com profissionais capacitados e comprometidos.

Conforme a DisCrit ressalta, não podemos mais tratar a pessoa negra com deficiência somente como uma pessoa negra, nem somente como uma pessoa com deficiência, pois ela possui no mínimo dois marcadores em um único corpo, sendo assim, precisa ser vista dessa forma (ALMEIDA & ARAÚJO, 2020).

Reiteramos assim, a importância de fomentar pesquisas de abordagem interseccional considerando os marcadores sociais, raça, cor e deficiência, cruzando dados de ordem quantitativa em complementaridade a pesquisas qualitativas.

Em relação ao processo de inclusão de pessoas com deficiência, foi possível identificar que há um movimento nos projetos que visam aumentar a inclusão de pessoas com deficiência, junto com pessoas sem deficiência, como ocorre no projeto da FEF/UFG e no que é realizado na Educação Básica, mas ainda assim as pessoas negras com deficiência seguem invisibilizadas. Com isso, inferimos e reforçamos o cumprimento da normativa legal, por parte das instituições, que devem garantir o acesso das pessoas com deficiência aos espaços de direito, no campo educacional, social e da saúde.

Sobre as estratégias de acesso e de inclusão de pessoas negras com deficiência às práticas corporais não foram encontrados dados nas pesquisas realizadas. Sendo assim, é possível questionar se os dados não existem, pois as pessoas negras com deficiência não estão nesses projetos, ou se estão, mas não são nomeadas. Pontua-se assim a necessidade de ampliar e aprofundar, nas pesquisas quantitativas, que levantam e apresentam os dados da população em diferentes dimensões, critérios de abordagem interseccional para poderem relatar o quadro real das pessoas negras com deficiência nos contextos pesquisados.

Consideramos assim, que os objetivos desta pesquisa, só não foram alcançados de forma plena devido a carência de estudos sobre os projetos e ações que trabalham com o público aqui abordado - pessoas negras com deficiência, e que não utilizam como critérios de acesso, inclusão e permanência o marcador raça/cor em suas abordagens.

Outro ponto revelador, dos limites de acesso de pessoas negras com deficiência a espaços de práticas corporais e o não cumprimento das Leis, é que ao ferirem o direito destas pessoas, as mantêm invisibilizadas e/ou a margem da sociedade. O fato de pessoas negras com deficiência não acessarem os espaços de educação e, por muitas vezes, não concluírem a educação básica, também acarreta na baixa representatividade destas pessoas no ensino superior e, conseqüentemente, limita a reivindicação para ocuparem espaços e postos de trabalho, com isso os temas de pesquisa ficam com temáticas restritas, permanecendo estudos e projetos centrados em pessoas brancas e sem deficiência.

Sendo assim, almejamos que essa pesquisa impulse novos estudos, de forma a dar visibilidade para pessoas negras com deficiência. Mas também para que

o acesso dessas pessoas aconteça de forma digna, eficaz e com qualidade, sem a violação dos direitos básicos e com garantia legal.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Philipe Oliveira de; ARAÚJO, Luana Adriano. DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. v. 10, n. 2, p. 612-641, agosto, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6861>

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 77, p. 53-62, 1991. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a06.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “história e Cultura Afro-Brasileira”**. Brasília, 09 de jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 06 de jul. 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2023.

Brito, Luciana Stoimenoff. A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011. Diniz D. Brasília: Letras Livres/Editora UnB; 2013. 382 p. ISBN 978-85-98070-35-3

DALLA DÉA, V. H. S. VASCONCELOS CUNHA, M.; AUGUSTO DOS SANTOS NASCIMENTO, O. FONSECA DE LIMA, A.; DORNELES DE LIMA, M. Inclusão de Pessoas com Deficiência nos Projetos de Extensão de Práticas Corporais da Universidade Federal de Goiás. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 4, 2013. DOI: 10.5216/rpp.v16i4.20237. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/20237>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LOPES, Suzel Fernanda . JÚNIOR, Rubens Venditti. Dançando no Escuro: uma proposta de ensino das atividades rítmicas e expressivas inclusivas na extensão universitária. **Revista Extensão & Cidadania**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 16, 2019. DOI: 10.22481/recuesb.v6i11.5876. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/5876>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PASSOS, Adrielli Andrade.; TEIXEIRA-MACHADO, Lavinia. The interlacement of expressive body movement of people with disabilities in school environment. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e48710817588, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17588. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17588>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes et al. Pessoas com deficiência: eugenia na imigração do início do século XX. **Revista Bioética**, v. 27, p. 212-222, 2019. <https://doi.org/10.1590/1983-80422019272303>

SILVA, Vanessa Carolina; SILVA, Wilker Solidade. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 569-585, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X30948>

STIENSTRA, Deborah. Race/ethnicity and disability studies: Towards an explicitly intersectional approach. In: **Routledge handbook of disability studies**. Routledge, 2013. p. 384-397. eBook ISBN 9780203144114.